

**ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO COM ORIENTAÇÃO
ARGUMENTATIVA NO DISCURSO POLÍTICO-JURÍDICO DO MINISTRO
FLÁVIO DINO**

*REFERENCING STRATEGIES WITH ARGUMENTATIVE ORIENTATION IN THE
POLITICAL-LEGAL DISCOURSE OF THE MINISTER OF JUSTICE FLÁVIO DINO*

Juliana Behrends de Souza Cerqueira¹

Fábio André Cardoso Coelho²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as estratégias de referenciação com orientação argumentativa utilizadas pelo Ministro Flávio Dino na sua despedida do Senado e posterior ingresso ao STF a fim de evidenciar um estreitamento entre discurso político e jurídico. Essa meta decorre da percepção de que há uma ideia de que, no discurso jurídico, exista uma pretensão de imparcialidade, não cabendo características concernentes ao discurso político. Para isso, recorre-se a trechos proferidos pelo atual Ministro do STF com a intenção de se procederem análises qualitativas, pautadas no interpretativismo-descritivo, baseando-se nos constructos da LT e, especificamente, em pesquisadores como Cavalcante et al. (2022); Koch (1987), Authier-Revuz (1990) e Amossy (2018). Com esses propósitos, os resultados evidenciaram que os recursos linguísticos utilizados no texto produzido pelo Ministro Flávio Dino em seu discurso de despedida como Senador evidenciam uma clara impossibilidade de se separar, na maioria das situações, um discurso político do jurídico, pois, na mesma medida que afirma ser imparcial e seguir fielmente o texto constitucional, empenha estratégias de referenciação com orientação argumentativa que evidenciam sua postura de modalidade pedagógica, comparando governos e posturas ideológicas. Com esse esforço, espera-se contribuir para os estudos de referenciação e para pesquisas que tratam da impossibilidade de se produzir textos

¹ Doutoranda em Linguagem (UFF). Doutora em Educação (UI-PY). Mestre em Língua Portuguesa (UFRRJ). Especialista em Letras (LLP). Graduada em Letras (FEUC). Professora do Colégio Pedro II. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. jubehrends@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-9229-498X>

² Professor Adjunto de Língua Portuguesa, do Instituto de Letras, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutor em Letras, pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), na Linha de Pesquisa: Linguagem em Novos Contextos, sob a Supervisão da Profa. Dra. Vanda Elias (2020/2022). Doutor em Língua Portuguesa, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-2010/2013). Mestre em Literatura Portuguesa, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (UERJ-2005). Rio de Janeiro, Brasil. Contato: fabiocoelho1976@gmail.com <http://orcid.org/0000-0003-1288-6868>

imparciais, tendo em vista que todo texto, ao ser produzido, não é neutro e nem livre de posicionamento.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; referência; modalidades argumentativas.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the referencing strategies with argumentative orientation used by Minister Flávio Dino in his farewell to the Senate and subsequent entry into the STF in order to evidence a narrowing between political and legal discourse. This goal stems from the perception that there is an ideation that, in legal discourse, there is an alleged impartiality, with no characteristics concerning political discourse. To this end, excerpts from the current Minister of the STF are used with the intention of carrying out qualitative analyses, based on descriptive interpretivism, based on the constructs of TL and, specifically, on researchers such as Cavalcante et al. (2022); Koch (1987), Authier-Revuz (1990) and Amossy (2018). With these purposes, the results showed that the linguistic resources used in the text produced by Minister Flávio Dino in his farewell speech as Senator show a clear impossibility of separating, in most situations, a political discourse from the legal one, because, to the same extent that it claims to be impartial and faithfully follow the constitutional text, it engages referencing strategies with argumentative orientation that evidence its posture of pedagogical modality, comparing governments and ideological positions. With this effort, it is expected to contribute to referencing studies and research that deal with the impossibility of producing impartial texts, considering that every text, when produced, is not neutral or free of positioning.

KEYWORDS: discourse; referencing; argumentative modalities.

Introdução

Os diversos contextos políticos são comumente marcados por transições periódicas que acabam por caracterizar um estado democrático de direito. Ainda, as últimas formações políticas do governo brasileiro foram acompanhadas da ampliação do acesso à informação. Paralelamente, o jogo político começou a ser compreendido de modo mais expandido e colocando em baila pública os imbricados políticos-jurídicos que cercam esses processos.

Políticos que surgiam nas mídias televisivas somente a cada quatro anos passaram a compartilhar dados sobre si e sobre os outros em suas redes sociais diariamente. Os juristas que não despertavam interesse da população foram colocados em evidência, tendo suas rotinas laborais e decisões como temas de notícias e de postagens diversas.

Com essas novas formas de agir, de perceber esses sujeitos e de exercer papéis sociais, surgiram ressignificadas maneiras de se expressar publicamente, demandando explícita e rebuscada argumentatividade nos textos produzidos, ativação de diferentes formas de se recuperar objetos do discurso e modalizações estrategicamente empenhadas para atingir determinados terceiros. Desse modo, os registros escritos e oralizados produzidos por esses locutores são de pertinente interesse da Linguística Textual que tem como seu objeto de investigação a materialidade do texto, o lugar da interação entre atores sociais e, por indissociável extensão, a construção interacional de sentidos (Koch, 2004).

Por esses motivos, este artigo tem a pretensão principal de analisar as estratégias de referenciação com orientação argumentativa utilizadas pelo Ministro Flávio Dino na sua despedida do Senado e posterior ingresso no Supremo Tribunal Federal – STF – a fim de evidenciar um estreitamento entre discurso político e jurídico. A seleção desse representante magistrado deu-se por razão de sua trajetória política de expressiva relevância para população do Nordeste do país, por sua ocupação como Senador e Ministro da Justiça e pela sua recente indicação para o STF. Em paralelo a isso, é notória a sua capacidade personalíssima de produzir discursos carregados de grande expressividade e dotados de inferências, de intertextualidades e de implícitos que evidenciam um uso estratégico dos recursos linguísticos como o efetivado no seu último pronunciamento no Senado Federal como Senador.

Cabe ainda destacar que as estratégias de referenciação sofrem influências interacionais, visto que os locutores argumentam entre si numa prática sociocognitiva mediada pelas suas escolhas lexicais e, ainda, pelos mecanismos de recuperação de objetos do discurso utilizados (Cavalcante et al. 2022). Dessa forma, a referenciação se apresenta como uma ação de retomada de referentes que se presta a construir o sentido do texto, ou seja, uma “[...] proposta teórica que salienta o caráter altamente dinâmico do processo de construção dos referentes em um texto” (Cavalcante; Custódio Filho; Brito; 2014, p. 7). Assim, os objetos do discurso constantes no pronunciamento do Ministro Flávio Dino permitem a circulação e a construção dos sentidos específicos que são voltados ao contexto político que “deixou” de pertencer, ao cenário social politicamente polarizado que o cerca e ao coletivo jurídico do STF que iria compor.

Registros Escritos nos Âmbitos Político e Jurídico

Nos textos jurídicos e de natureza política, a ligação entre conteúdo e contexto vai além da simples interpretação das palavras. Segundo Cavalcante et al. (2022), o tratamento analítico do texto requer a integração de múltiplos aspectos que asseguram sua coerência em determinado contexto. Assim, esses escritos desempenham um papel fundamental no ordenamento jurídico e nas manifestações políticas, estabelecendo ditames que orientam comportamentos e interações sociais. Com isso, a linguagem nessas searas deve ser entendida de modo profundo, ampliado e multifacetado, considerando as suas diversas camadas de construção (Busse, 2000).

Na perspectiva contemporânea da LT, que valoriza a conexão com outras teorias, surgem reflexões complexas que possibilitam a análise de textos jurídicos, políticos, midiáticos e literários, expandindo as investigações linguísticas (Santos, 2023). Logo, é crucial destacar que uma interpretação literal do texto pode levar a distorções, uma vez que as normas jurídicas e os pronunciamentos políticos não surgem isolados, sendo significativos para os vários segmentos da sociedade que, devido à complexidade dos problemas, demandam uma participação ativa dos sujeitos que os compõem (Dolz; Pinto; Teixeira, 2021).

Dessa maneira, a interpretação contextualizada dos textos jurídicos e dos registros políticos escritos e oralizados não apenas preserva a coesão do sistema social, mas também garante que haja uma ampla compreensão das reais intenções dos locutores. As declarações do Ministro Flávio Dino, a fim de exemplificação, representavam um texto, uma unidade de comunicação em contexto (Adam, 2022) e, ainda, uma textura que demonstra como, no todo, se interrelacionam com o ambiente em que está inserido (Halliday; Hasan, 1976). Em última análise, a conexão entre texto e contexto é fundamental para a legitimidade e eficácia do ordenamento jurídico e das manifestações políticas em sociedades em constante transformação, já que os textos produzidos nesses âmbitos são eventos comunicativos em que se entrelaçam ações linguísticas, sociais e cognitivas (Beuagrande, 1997, p. 10).

Discurso Político e Jurídico

De acordo com Adam (2011), a definição do conceito de discurso envolve a ideia de “[...] estabilização pública e normativa, bem como a possibilidade de um status institucional” (p. 45). Dessa forma, o discurso adquire forma e função dentro de um gênero específico, inserido em uma formação discursiva particular.

Adam cita Todorov (1978 apud Adam, 2011) enfatizando que os gêneros do discurso estão inseridos em um “[...] espaço sociodiscursivo de um determinado lugar social” (p. 44). De acordo com o autor, esse espaço é denominado interdiscurso e é composto pela língua e pelo gênero, seus elementos fundamentais. Logo, os gêneros estão localizados nas práticas discursivas institucionalizadas, uma vez que são determinados pela história cultural da sociedade, sendo analisados e estudados “[...] sob a perspectiva da interdiscursividade” (Adam, 2011, p. 60). Podemos entender os gêneros como formas de ação e de interação construídas social e historicamente nas esferas de atividades humanas.

Paralelamente, o discurso político, como gênero, possui uma linguagem característica que tem como principal objetivo dissimular, persuadir e justificar uma determinada ação ou pensamento do locutor, visando obter a adesão do público ou da comunidade específica à posição socioideológica determinada. Segundo Charaudeau (2008), o discurso político é permeado pela palavra política, inserindo-se em uma prática social que circula em um determinado espaço público e está relacionado com as relações de poder que são estabelecidas nesse contexto. A partir desse pressuposto, Charaudeau (2008) afirma que no discurso político ocorre o jogo de máscaras, entendidas como um astúcia de ser e parecer, em que, supostamente, a pessoa não é enganada, pois reconhecer a existência dessa máscara seria revelar a falsidade do enunciador.

A linguagem jurídica, essencialmente persuasiva e argumentativa, configura-se como a ferramenta de trabalho utilizada pelos profissionais do Direito, cujo principal instrumento é a linguagem persuasiva para obter êxito nos tribunais. Assim, o discurso jurídico é uma forma de comunicação que utiliza a linguagem natural como meio de convencer e persuadir (ou pelo menos assim deveria ser). Conforme é amplamente conhecido, os gêneros textuais jurídicos, devido às suas particularidades, são modelos de texto altamente ritualizados e possuem um alto grau de institucionalidade. Portanto,

esses gêneros textuais, conforme afirmam Pinto, Rodrigues e Damele (2018), caracterizam-se por apresentarem uma argumentação de natureza retórica intrínseca.

Estratégias de Referência e Modalidades Argumentativas

Koch, Morato e Bentes (2005) refletem que “[...] embora não pareça extraordinário relacionar referência e práticas discursivas”, seria realmente preocupante negligenciar os diferentes contextos no processo de recuperação de referentes, visto que “[...] os estudos sistemáticos sobre o tema têm ainda uma história relativamente recente entre nós” (p. 9). Além disso, conforme conceitua Koch (2001), a referência deve ser considerada uma “[...] atividade cognitiva, discursiva e interacional” (p. 75), na qual os referentes são objetos de discurso que colaboram para a construção de sentido textual e são criados por sujeitos sociais. Para Mondada e Dubois (2003), ela emana de práticas simbólicas, sendo uma construção de “[...] objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (p. 20).

Neste artigo, há um interesse muito particular pela dimensão argumentativa, que, para Amossy (2011), se constitui como “[...] uma tentativa de fazer ver as coisas de uma determinada maneira e de agir sobre o outro” (p. 131). Torna-se primal adicionar que, nas práticas discursivas, a argumentação se alicerça sob múltiplos discursos, pois todas as vezes que um é edificado há um compartilhamento de “[...] um ponto de vista, uma forma de reagir a uma situação ou de sentir um estado de fato” (p. 174).

Por tais razões, Santos, Pinto e Cabral (2016) publicaram uma pesquisa, objetivando refletir sobre as estratégias referenciais de teor argumentativo utilizadas no discurso jurídico no intuito de apoiar o próprio discurso ou refutar o adversário. Em paralelo a essas percepções, Amossy (2008) denomina de modalidades argumentativas os “[...] tipos de trocas argumentativas que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona tanto num quadro dialogal quanto num dialógico” (p. 232).

Dessa forma, o reunir dessas percepções, a saber, as estratégias de referência com orientação argumentativa, aprofundadas por Santos, Pinto e Cabral (2016), e as modalidades argumentativas de Amossy (2008), pode ser analisado em *continuum*.

Portanto, parte-se da ideia de que “[...] o encadeamento referencial contribui para o processamento da argumentação” (Cortez; Koch, 2013, p. 14) a fim de defender que os objetos de discurso, também chamados de referentes, são culturalmente construídos como representações que são materializadas nas instâncias discursivas.

Análise do Pronunciamento do Ministro Flávio Dino

Em fevereiro de 2024, o ex-senador Flávio Dino (PSB-MA) concluiu sua trajetória no Senado para assumir a posição de ministro no Superior Tribunal Federal (STF). Ao utilizar o púlpito, o Ministro expressou seu comprometimento político, enfatizando a importância de se manter fiel aos princípios constitucionais.

Com um discurso dotado de muitas camadas, o atual ministro do STF empenhou na construção de sua fala objetos de discurso que são carregados dessas posturas, compondo textos com processos de referenciação orientados argumentativamente. Essa realidade descortina que há uma ideia de que, no discurso jurídico, exista uma pretensão de imparcialidade, não cabendo características concernentes ao discurso político, ou seja, as falas precisam ser neutras e livres de posicionamento: imparciais. Para tanto, recorremos a trechos proferidos pelo atual Ministro do STF com a intenção de se procederem análises qualitativas, pautadas no interpretativismo-descritivo.

O primeiro trecho (1) foi selecionado por ter ganhado visibilidade dentre a população e ter figurado diferentes chamadas midiáticas.

(1) Nós precisamos de **uma política forte** e só teremos uma política forte com políticos credenciados a exercer a liderança que o Brasil exige. Nós precisamos retomar a ideia de deveres patrióticos, deveres cívicos; nós não podemos sucumbir à espetacularização da política.

Como se evidencia, o Ministro Flávio Dino introduz o referente *uma política forte* para estruturar seu modo estratégico de argumentar que conduz para a defesa de que há a necessidade de uma mudança política. Para reforçar esse seu ponto de vista, recupera esse antecedente por meio os objetos do discurso *políticos credenciados*; *retomar a ideia de deveres patrióticos, deveres cívicos*; e *sucumbir à espetacularização*

da política. Essas escolhas lexicais trazem uma série de implícitos que são fundamentais para estruturar uma argumentação de modalidade pedagógica, já que o Ministro objetiva “[...] transmitir um saber a quem sabe menos do que ele sobre dada temática” (Cavalcante et al. 2022).

Dessa forma, entende-se que por detrás da ideia *políticos credenciados* há um cortinado de situações políticas, envolveram diversos agentes públicos que ficaram inelegíveis, pois praticaram crimes envolvendo falsificação de documentos, compartilhamento de *fake news* e outros delitos, sendo considerados pelo locutor como não credenciados e não pertencentes a uma política forte. Outra importante estratégia de referência foi o uso do referente *retomar a ideia de deveres patrióticos, deveres cívicos* que faz uma alusão ao enquadramento político anterior ao que vigorava no momento do seu pronunciamento o qual primava por uma ideia de política mais voltada ao patriotismo e à defesa de um civismo mais estreito ao militarismo, o que, para o Ministro, não se alinha com estabelecimento de uma política forte. Por fim, utiliza o objeto do discurso *sucumbir à espetacularização da política* que reflete uma postura de exercício político mais midiático, teatralizado, figurado e menos empenhado em resolver questões efetivamente públicas, o que também não contribui para uma política forte.

O próximo trecho foi escolhido por ser essencial para a construção da rede de argumentos apresentada no trecho (1). Assim, no trecho (2), há uma nova intenção de recuperar objetos de discurso em prol da construção de uma argumentação de modalidade pedagógica.

(2) **Um bom líder político** jamais pode ser um mero artefato midiático submetido à lógica dos algoritmos. O bom líder político tem que ter causas que definem o seu lugar, porque se ele for um mero artefato midiático, se for submetido exclusivamente à lógica das redes, é claro que ele não estará exercendo o papel de liderança necessário à construção do futuro. Nós precisamos ter causas para ter identidade.

Ao introduzir o referente *Um bom líder político*, o locutor almeja, mais uma vez, estabelecer um comparativo entre formas de se exercer a política, apoiando-se em

comportamentos contrários ao de um bom líder político. Desse modo, segue sua argumentação, recuperando, de modo opositivo, o antecedente *Um bom líder político* com o referente *um mero artefato midiático*. Com essa estratégia, reforça a ideia de que uma boa política se afasta da espetacularização e segue sua estratégia pedagógica ao continuar, implicitamente, se referindo ao enquadramento político anterior ao atual para defender um ideal político mais forte e bom. Recupera, inclusive, o antecedente em questão com o referente *submetido exclusivamente à lógica das redes* que encapsula uma situação cada vez mais recorrente nos processos eleitorais em que o voto da população sofre influência direta do uso de algoritmos em vez da cuidada análise de propostas sérias e que priorizam o coletivo.

Considerações Finais

Os resultados indicaram que os recursos linguísticos utilizados no texto produzido pelo Ministro Flávio Dino em seu pronunciamento de despedida evidenciam uma clara impossibilidade de se separar, na maioria das situações, um discurso político do jurídico, pois, na mesma medida que afirma ser imparcial e seguir fielmente o texto constitucional, empenha estratégias de referenciação com orientação argumentativa que evidenciam sua postura pedagógica que compara governos e posturas ideológicas. Assume-se, dessa forma, uma argumentação modalizada pedagogicamente, já que há uma clara intenção de ensinar novos caminhos para se fazer política. Ainda, tais análises evidenciam que o discurso jurídico precisa aceitar que suas decisões são contaminadas por discursos políticos, tendo em vista que o locutor sofre coerções sociais que o caracterizam como um sujeito intencional e, ao mesmo tempo, sobredeterminado (Charaudeau, 2019; Amossy, 2018; Plantin, 2010).

Com essas análises, esperamos contribuir para os estudos de referenciação, argumentação e para pesquisas que tratam da impossibilidade de se produzir textos imparciais, tendo em vista que todo texto, ao ser produzido, não é neutro e nem livre de posicionamento.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, p. 129-144, 2011.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 19, p. 25-42, 1990.

BEAUGRANDE, R. de. **New Foundations for a Science of Text and Discourse**: Cognition, Communication, and Freedom of Access to Knowledge and Society. Norwood, New Jersey: Alex, 1997.

BUSSE, Dietrich. Anmerkungen zur politischen Semantik. Politik als Inszenierung. Zur **Ästhetik des Politischen im Medienzeitalter**, Baden-Baden, 2000, p. 91-94.

CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística Textual**: conceitos e aplicações. 1ª ed. Pontes Editores, 2022.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referência e ensino**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Editora Contexto, 2008.

DOLZ, Joaquim; PINTO, Rosalice; TEIXEIRA, Carla. “voto de ministro” do Supremo Tribunal Federal. **Eutomia**-Revista de Literatura e Linguística, 2021, vol. 1, no 29, p. 40-58.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

KOCH, Ingedore G. Villaça. A construção dos sentidos no discurso: uma abordagem sociocognitiva. **Revista Investigações**, v. 18, n. 2, p. 1-26, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Linguística textual: quo vadis?*. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 17, p. 11-23, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Ed.). **Referenciação e discurso**. Editora Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: 1987.

MONDADA, L; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Rosalice; RODRIGUES, Maria das Graças Soares; DAMELE, Giovanni. Argumentação jurídica e estratégias retóricas: Uma análise pluridisciplinar de decisões judiciais. **Diacrítica**, v. 32, n. 1, p. 95, 2018.

PLANTIN, Christian. As razões das emoções. **As emoções no discurso**, p. 57-80, 2010.

SANTOS, L. W. dos. Leonor Werneck dos Santos. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; ELIAS, Vanda Maria (Org.). **O que é e o que faz a Linguística Textual**. Natal, EDUFRN, 2023.

SANTOS, L. W. DOS; PINTO, R.; CABRAL, A. L. T. Referenciação em textos jurídicos. In: PINTO, R.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. das B. S. **Linguagem e direito: perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Contexto, 2016, p.p. 165-178.